

MULHERES DE FIBRA: A EXPERIÊNCIA DO ARTESANATO TRADICIONAL NO TERRITÓRIO DO SISAL DA BAHIAⁱ

Educação, Política e Economia Solidária

Tatiana Ribeiro Velloso - Engenheira Agrônoma, MS em Extensão Rural, assessora técnica da UNISOL BRASIL, professora substituta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, tatiana@unisolbrasil.org.br

José Horta Valadares, Professor Orientador da Universidade Federal de Viçosa - UFV, Departamento de Economia Rural

Jerônimo Rodrigues Souza - Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas.

RESUMO

A área de abrangência deste estudo compreende o Território Sisaleiro, situado no semi-árido baiano, região que foi constituída a COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão, uma organização das mulheres artesãs dos municípios de Valente, Araci e São Domingos, formalizada em 2002, com o objetivo de gerar renda para as mulheres sertanejas a partir do artesanato tradicional de fibras naturais de forma solidária e sustentável. Nessa perspectiva, foram consolidados núcleos de produção integrando associações comunitárias, com a utilização do sisal, do caroá e de plantas tintórias, típicas da região, sendo constante, entretanto, a preocupação com a conservação e a preservação do meio ambiente e as práticas solidárias de produção. Ações nas áreas de formação política, técnica e educativas foram desenvolvidas pela cooperativa juntamente com diversos parceiros, na perspectiva de construir políticas voltadas para a participação e inserção produtiva das mulheres no contexto de desenvolvimento territorial sustentável no semi-árido baiano.

PALAVRAS-CHAVE: Artesanato; Mulheres; Semi-árido; Cooperativismo; Sisal.

1. INTRODUÇÃO

A COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão é situada em uma região caracterizada pela predominância de uma economia agrícola e por ter a maioria da sua população estabelecida na zona rural. Uma das principais atividades agrícolas é representada pela produção do sisal (*Agave sisalana*). O

cultivo do sisal é realizado em pequenas propriedades e o seu beneficiamento feito de modo artesanal, com grandes riscos para a saúde dos trabalhadores. Frequentes são os acidentes no trabalho que, historicamente, têm gerado um verdadeiro exército de mutilados adultos e envolvido um grande número de crianças, institucionalizando na região o trabalho infantil. O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Governo Federal tem minimizado esta situação, faltando ampliar ainda as medidas que contribuam para elevação da renda das famílias de promoção do desenvolvimento territorial.

A SEI (2003) indica que no Território do Sisal habitam 552.713 pessoas, distribuídas em 20 municípios, sendo 348.222 pessoas localizadas na zona rural (63%) e 204.491 pessoas na zona urbana (37%). Essa população é formada na sua maioria por crianças e jovens, representando 50,7%, em termos quantitativos são 319.169 pessoas em uma faixa etária até vinte e quatro anos. Esse segmento é o mais vulnerável ao analfabetismo e à baixa escolaridade evidenciando, dentre outros aspectos, a exploração do trabalho precoce de adolescentes e jovens para contribuir com a renda familiar. Outro ponto de estrangulamento está na distribuição de renda. Esta região registra índices elevados de concentração de renda: mais de 60% da sua população encontra-se em situação de extrema pobreza, sobrevivendo com renda per capita de menos de meio salário mínimo.

As principais fontes de recursos que movimentam a economia da região advêm da transferência de recursos governamentais, principalmente através da previdência social e programas sociais de assistência à família de baixa renda e da agricultura familiar local. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000), no Território do Sisal tem-se uma média de 11,1% da população com a renda proveniente de transferência governamental e 22,8% de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferência governamental.

São bastante restritas as possibilidades de geração de trabalho e renda na totalidade dos seus municípios. De certa forma, isso tem contribuído para a migração de jovens e adultos para os centros urbanos e capitais, que, sem qualificação profissional, partem em busca de melhores oportunidades de vida.

Apesar de ser uma das principais atividades econômicas da região, a sustentabilidade da agricultura familiar coloca em relevo a questão do acesso e permanência do agricultor e da agricultora no campo. Em média, 52% dos

estabelecimentos rurais possuem menos de 5 hectares que ocupam 5,2% da área do território e 29,2% dos estabelecimentos têm entre 5 a 20 hectares que ocupam 10,9% da área, correspondendo estes dois estratos 81,9% dos estabelecimentos com apenas 16,1% de ocupação da área territorial (IBGE, 1996). Percebe-se, portanto, o enfretamento dos agricultores familiares com a concentração fundiária na região, além de sua produção está sujeita às variações constantes dos períodos de estiagem e as dificuldades no acesso aos serviços de assistência técnica e às linhas de crédito rural. Essas dificuldades estruturais fazem com que certamente necessitem criar alternativas para garantir a sobrevivência das suas famílias.

Por outro lado, é possível destacar a existência de cooperativas e de associações que visam contribuir para o processo de fortalecimento da agricultura familiar, a partir do desenvolvimento de princípios e técnicas de convivência com o semi-árido. Entre inúmeras experiências, é nessa região que se desenvolve o trabalho artesanal com fibras do sertão – o sisal (*Agave sisalana*), como também o caroá (*Neoglaziovia variegata*).

A partir da constituição da COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão, formalizada em 2002, foi possível viabilizar o artesanato de fibras naturais como atividade geradora de trabalho e renda para as mulheres sertanejas que estavam envolvidas nas frentes de serviçosⁱⁱ.

A COOPERAFIS busca o desenvolvimento de ações que visam fortalecer o trabalho cooperativo, surgindo como alternativa de geração de trabalho e renda, através da estruturação de rede de intercooperação da cadeia produtiva do artesanato de fibras naturais. Pretenderam, assim, não só a inclusão direta de artesãs no mercado de trabalho de forma organizada, mas também o resgate da auto-estima e a construção da cidadania, com o exercício da cooperação e da participação, sendo resultado de ações integradas das artesãs, da sociedade civil organizada e do poder público. Essas ações foram voltadas para os desafios que enfrentam, sejam nas práticas de administração e gerenciamento ou no suporte das técnicas de produção, de comercialização e acesso a novas tecnologias e a políticas públicas, como na consolidação de práticas democráticas e participativas.

2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A COOPERAFIS é uma cooperativa regional do território sisaleiro da Bahia. Para a análise desenvolvida neste trabalho é importante compreender a trajetória da COOPERAFIS enquanto instrumento de organização das artesãs, mulheres da agricultura familiar. Essa trajetória traz nas suas ações a concepção do trabalho desenvolvido, apontando para a análise e sugestões voltados para o fortalecimento institucional, principalmente compreendendo a inter-relação das duas dimensões do trabalho da cooperativa: sua relação social, com as artesãs; e a sua relação com o mercado.

Essa dupla dimensão da cooperativa demonstra a sua estrutura enquanto associação na relação com as associadas e a comunidade, possuindo capacidade técnica para atendê-los, de forma que a cooperativa viabilize o seu negócio de forma eficiente; e por outro lado, a sua relação com o mercado, enquanto empresa, devendo ser viável e eficiente. Valadares (2005) chama a atenção que o desafio é encontrar o equilíbrio entre as dimensões econômica da atividade na relação com o mercado e a dimensão organizacional e política na dinâmica com o quadro de associadas, principalmente pela forma como se estruturam as relações de poder entre as associadas.

3. METODOLOGIA

Os dados referentes à trajetória da COOPERAFIS foram coletados em fontes documentais, relatórios de atividades, atividades formativas e entrevistas semi-estruturadas com algumas artesãs e diretoras da cooperativa. Foi utilizada a metodologia de pesquisa-ação, uma pesquisa social de base empírica “concebida e realizada em estreita associação entre uma ação ou uma resolução de um problema coletivo em que as pessoas envolvidas se relacionam de modo participativo com a pesquisa, a partir das atividades formativas” (Thiollente, 1985). Essa metodologia prevê a participação dos pesquisadores no equacionamento do problema, no acompanhamento e na avaliação. Exige uma estrutura de relação com as pessoas envolvidas, em ações planejadas, com uma postura de escuta, sem exposição unilateral de suas concepções dos pesquisadores e com a postura de sujeitos ativos na relação conhecimento e ação das artesãs. Já entrevistas semi-estruturadas foram

utilizadas no trabalho por ser um meio de obtenção de dados contidos nas falas dos atores sociais (Cruz Neto, 1994).

Inicialmente procurou-se contextualizar a história da COOPERAFIS, compreendendo e caracterizando o negócio, sua forma de operar, suas estratégias, seus planos e projeção financeira, buscando sistematizar a experiência em curso. Essa experiência apresenta elementos referenciais no desenvolvimento da atividade de artesanato da agricultura familiar, apontando perspectivas para a construção de políticas voltadas para a participação e inserção produtiva das mulheres no contexto de desenvolvimento territorial sustentável no semi-árido baiano.

4. O ARTESANATO TRADICIONAL NO TERRITÓRIO DO SISAL

O trabalho artesanal com fibras do sertão – o sisal (*Agave sisalana*) e o caroá (*Neoglaziovia variegata*), são desenvolvidos na região com uma visão de atividade estritamente feminina. Esse artesanato não era valorizado nem reconhecido como instrumento capaz de gerar renda para as famílias sertanejas. A produção era restrita a artigos para uso próprio ou para venda nas feiras locais em situações de necessidade. Em alguns locais, como no município de Araci, os pontos já eram conhecidos, mas faltava qualidade ao produto final. Os tapetes artesanais, que antes eram confeccionados com plástico, passaram por um processo de resgate cultural, pois as artesãs não mais trabalhavam com o sisal. Além disso, os produtos precisavam ser aprimorados. Outro aspecto importante é que a atividade era desenvolvida de forma individual, sem uma base organizativa (APAEB, s.d).

As técnicas de artesanato com sisal compreendem tanto a utilização direta da fibra como o uso de fios industriais. No primeiro caso os feixes contínuos de sisal são costurados de modo a compor o artefato. Os fios industriais são empregados para produtos elaborados a partir da tecelagem em teares de pregos, da malharia em tricô e do macramé. Outra possibilidade de uso é a de restos de tapetes da tapeçaria industrial local.

O artesanato feito com a fibra de caroá pode ser classificado como um tipo de malha, conhecido como *aió*. O fio é enlaçado em pequenos nós com a ajuda de uma agulha feita de haste de sombrinha. Tanto o artesanato de sisal quanto o de caroá, os fios são pigmentados por plantas tintórias da caatinga, o que caracteriza ainda mais o artesanato tradicional da região.

Esse trabalho teve início com um curso de cestaria em sisal, realizado em janeiro de 1999, pelo Programa de Artesanato e Geração de Renda – Comunidade Solidária em convênio com a SUDENE/FADE e UNESCO em parceria com a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente – APAEB e a Prefeitura Municipal de Valente, envolvendo as mulheres que trabalhavam nas frentes de serviço com atividades de limpezas de estradas, tanques e aguadas secas, expostas ao sol e, na sua maioria, com experiências de muitos anos em atividades ligadas à produção de farinha, ao trabalho de corte e beneficiamento de sisal no motor. Outras mulheres que só dominavam afazeres domésticos também puderam vivenciar este novo trabalho com o sisal.

5. CONSTITUIÇÃO DA COOPERAFIS E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A constituição da COOPERAFIS originou-se a partir da necessidade de discutir os problemas comuns e de união inicial entre as 54 artesãs, distribuídas em cinco núcleos de produção em Araci e Valente, que conduziram à formação dessa cooperativa em março de 2002. A Tabela 1 mostra a ampliação do número de artesãs nos quatro anos de formalização do grupo em cooperativa, com o percentual de aumento do quadro social da cooperativa por ano.

Ano	Número de Artesãs	% Aumento
2002	54	-
2003	92	70,40
2004	107	16,30
2005	122	14,00

Fonte: Livro de Matrícula – COOPERAFIS, 2005.

Tabela 1. Número de artesãs associadas à COOPERAFIS por ano e % de aumento anual - 2002 a 2005.

Na Tabela 1, percebe-se que o ano de 2003 apresentou o maior percentual de aumento do quadro social da cooperativa, quando foram incorporados mais núcleos de produção na base da COOPERAFIS, saltando de cinco núcleos no ano de 2002, para nove núcleos e inclusive com a incorporação do município de São Domingos. A partir de 2003, o aumento no número de associadas foram a incorporação de artesãs nos nove núcleos de produção, localizados nos três

municípios da região sisaleira da Bahia. Na Tabela 2 detalha a distribuição das artesãs por núcleo de produção, nos seus respectivos municípios.

Município	Núcleos	Nº Artesãs
Valente	Sede	09
	Tanquinho	20
	Recreio	19
	Poço	11
	Cabochard	05
Araci	Retirada	22
	Queimadinha	11
São	São Pedro	10
Domingos	Boa Fé	15
Total	9 núcleos	122

Fonte: Livro de Matrícula – COOPERAFIS, 2005.
Tabela 2. Distribuição das artesãs da COOPERAFIS
por município e núcleos produtivos - 2005.

A integração dos núcleos na formação da cooperativa é considerada pelas artesãs como um período de grande aprendizagem para todas elas, não só em relação às técnicas artesanais, através de cursos de capacitação e reuniões para troca de experiências, mas também quanto à própria gestão da cooperativa. As associadas discutem desde a concepção e elaboração dos produtos até aspectos organizacionais, sendo responsáveis pela elaboração do estatuto da cooperativa e do regimento interno.

A importância desse trabalho para as artesãs é enorme, em especial pela valorização de um trabalho que lhes dá grande prazer, o que eleva sua auto-estima ao mesmo tempo em que promove a união e o fortalecimento dos grupos. Algumas já conheciam as técnicas artesanais, enquanto as outras estão tão familiarizadas com o trabalho que se sente como se já as conhecessem. Além de ser uma atividade realizada na sombra, o artesanato promove uma alternativa de renda com ganhos maiores do que o árduo e perigoso trabalho no motorⁱⁱⁱ do sisal. Segundo uma das artesãs “a gente tem amor pelo trabalho e fica o tempo todo inventando

moda, e desta moda que sai o nosso sustento”. Valorizam o conhecimento adquirido e sentem-se importante nas suas famílias e nas suas comunidades.

A partir dos cursos, treinamentos, reuniões e do próprio trabalho nas oficinas surgiu à necessidade de se pensar na formação de uma associação para as artesãs, com o intuito de aumentar o número de artesãs e a renda das mesmas, melhorando, portanto a qualidade de vida das mulheres e famílias envolvidas. Construiu-se um estatuto com participação das artesãs.

Em 2001, o Programa Artesanato Solidário investiu no acompanhamento do grupo, dando todo apoio logístico para a realização de atividades administrativas e gerenciais, além da contribuição no processo de capacitação e de acesso a mercado. Além do Artesanato Solidário, outros parceiros contribuíram para a formação do grupo, como a APAEB – Valente que disponibilizou o local de funcionamento, o Instituto Mauá, o SEBRAE e o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA em convênio com o MOC – Movimento de Organização Comunitária que possibilitaram a participação em alguns eventos de comercialização e de capacitações. Durante oito meses foi feito um ensaio do funcionamento da associação, como Movimento Artesanal Fibras do Sertão, com a realização de reuniões de diretoria e assembléias gerais, sendo analisado que a forma jurídica enquanto associação não atendia a realidade do grupo, que já tinha na sua base a formação de Associações Comunitárias, além da necessidade de uma forma jurídica apropriada para o processo de comercialização.

Em 2002, com a finalização do apoio de acompanhamento do Artesanato Solidário, a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS inicia a parceria com a formalização da cooperativa, efetivando o processo de acompanhamento e assessoria, integrando a partir de 2003 as ações com o SEBRAE e com o DISOP Brasil, enfocando as áreas gerenciais, abertura de mercado e fortalecimento da base social.

Em 2005, a cooperativa foi contemplada com um projeto na 1ª Seleção Pública da PETROBRAS Fome Zero. Este projeto contemplava atividades que contribuíram para o fortalecimento organizativo nos núcleos de produção, voltado para as áreas gerenciais, relações de gênero, saúde (ergonomia), preservação e conservação do meio ambiente, além de participar de algumas atividades de

abertura de novos mercados, com a integração de outras cooperativas e associações e a realização de atividades na área de comercialização e marketing e estruturação física dos núcleos de produção.

Nessas atividades a interação entre o saber sistematizado dos parceiros locais e da equipe técnica e a vivência das artesãs, propiciou um acúmulo de conhecimentos que contribuiu para a melhoria das condições sociais e econômicas das artesãs. As oficinas formativas e os acompanhamentos foram adaptados aos diferentes estágios em que se encontravam os núcleos de produção nas comunidades rurais e na sede de comercialização da cooperativa, nos seus níveis de organização, escolaridade e motivação. Foram utilizados trabalhos em grupos, exposições dialogadas, estudos dirigidos, trocas de saberes e atividades intermódulos com a participação das artesãs dos núcleos e das comunidades.

Os princípios no desenvolvimento dos seus trabalhos baseiam-se nos princípios de promoção da gestão democrática e participativa, fortalecendo a formação das artesãs no processo de decisão, trabalhando a eficiência na relação com o mercado:

- Construção dos conhecimentos a partir da valorização e resgate da experiência de vida e de trabalho, através do respeito e reconhecimento da cultura, do saber e dos anseios dos grupos;
- Realização de exercícios práticos cotidianos e de linguagem acessível que contribuam para a compreensão, participação e assimilação dos conteúdos;
- Busca de um processo contínuo de educação e trabalho, voltado para a preservação e conservação do meio ambiente e nas relações de gênero.

Esses princípios levam em consideração que a cooperação é uma atividade econômica orientada pela satisfação de necessidades comuns das associadas envolvidas e que a propriedade é controlada de forma coletiva (Valadares, 2005), considerando a trajetória histórica, o conjunto de regras formais e informais expressadas pela tradição, pelos costumes e pelas normas. North (1990) considera que as regras políticas formais especificam a hierarquia de decisão para o controle das atividades, enquanto que as informais são reconhecidas como normas de comportamento ou códigos de conduta.

Ainda assim, aparece outra dimensão que vem sendo trabalhada na cooperativa que é a tentativa de resolver problemas de ação coletiva no confronto

com os interesses individuais das associadas, com atenção a intensidade dos conflitos, considerando que esses atores tendem a maximizar suas preferências, reportando assim, ao que Elster (1994) denomina de *dilema da ação coletiva*.

Um dos problemas que provocam o dilema da ação coletiva é a assimetria de informação interna, bem como pelo seu grau de interesse e prioridade no desenvolvimento das ações na cooperativa, considerando que a cooperativa molda as suas metas, as dos atores políticos e estrutura a relação de ação entre outros grupos com objetivo de executar as suas proposições.

As estratégias de ação que a COOPERAFIS vem trabalhando, a seguir relatadas, tentam dialogar a dependência da trajetória histórica da cooperativa nas determinações das regras formais e informais e dos sistemas de símbolos e escritas cognitivas desenvolvidas nas suas atividades. Nessa perspectiva, Valadares (2005:35) comenta que “podemos entender o cooperativismo como alternativa de intermediação econômica de mercado entre indivíduos organizados empresarialmente e outras organizações da sociedade”, que dependem diretamente de um conhecimento compartilhado dos diversos atores em uma cooperativa (associadas, dirigentes e assessorias) para a aceitação das regras coletivas nas relações internas e externas da organização cooperativa.

a) FORTALECIMENTO DA BASE SOCIAL E PRODUTIVA

O fortalecimento da base social da cooperativa foi uma necessidade para consolidação do trabalho de cooperação e de intercooperação, principalmente visando à gestão democrática e participativa, às trocas de experiências e o desenvolvimento de novos produtos, o planejamento e a avaliação das atividades e a viabilidade econômica da cooperativa. Para isso, as atividades foram voltadas para as seguintes temáticas: diagnósticos participativos; relações de gênero e família; cooperativismo e associativismo; informática; meio ambiente e convivência com o semi-árido; planejamento estratégico; monitoramento e avaliação; tingimento natural de fibras; relações interpessoais; construção do estatuto social e regimento interno; elaboração de projetos sociais; empreendedorismo social e economia solidária; e acompanhamento pedagógico aos núcleos de produção.

Esse fortalecimento da base social veio da necessidade de se trabalhar na compreensão da distribuição de poder na cooperativa, e que geralmente àqueles que têm o poder de decidir divergem daqueles que são afetados pelas decisões.

Nesse sentido, North (1990) destaca que essa assimetria deve ser considerada na implantação de ações, pois os atores passam a exercer ordens nos interesses comuns, dentro dos seguintes tipos de política institucional: fazendo as regras institucionais, em que a instituição necessita de decisões que obriguem a regulação dos interesses comuns; pondo em prática as regras institucionais, onde as instituições necessitam de implantação de suas decisões; rearranjos institucionais, em que as disputas individuais interpretam as regras gerais; e operando as regras, existindo custos de transação interna na instituição.

Valadares (1999) discute o poder na perspectiva do poder decisório e das estruturas de controle da gestão cooperativa. Isso porque a organização pode ser entendida como uma estrutura de divisão de poder nas esferas financeiras, físicas, sobre o conhecimento e as informações. Nas organizações cooperativas, entretanto, há necessidade para o seu desenvolvimento de expandir o poder internamente entre os associados e assessores da cooperativa, entre o conhecimento vivenciado e técnico.

Valadares (1999: 1) ressalta a importância da análise das relações entre “o processo de tomada de decisões e as motivações e o interesse dos indivíduos em pertencerem a uma organização” cooperativa e a sua permanência. Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pela COOPERAFIS tem envolvido todas as associadas na vida da cooperativa, não restringindo apenas as dirigentes e gestoras. É importante porque cada artesã passa a conhecer e fazer parte de forma ativa da cooperativa, de forma pactuada, assumindo compromissos e dividindo responsabilidades. Para isso, a visão das gestoras passou por uma transformação a partir de 2004 incorporando aspectos multidimensionais e dinâmicos, compreendendo e se adequando às mudanças e aproveitando as oportunidades.

Podem se destacar as atividades de planejamento estratégico e de relações de gênero para descrição de como estrategicamente vem sendo fortalecidas as ações da cooperativa.

i) EXERCITANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO E DA SUSTENTABILIDADE

Com base em depoimentos de cooperadas e documentos da COOPERAFIS, percebeu-se em oficina de Planejamento Estratégico, em 2004, com a participação

de artesãs de todos os núcleos de produção, foram construídas a missão e a visão de futuro que as artesãs associadas têm sobre o trabalho da cooperativa. Segundo Tenório (2000), a missão é a finalidade, a razão de ser, a mais levada aspiração que legitima e que justifica social e economicamente a existência de uma organização e para a qual devem se orientar todos os esforços; o motivo de existir da organização e o seu papel no mundo. Diz respeito ao que a organização faz e ao que ela se compromete em fazer, construindo que a missão de “promover a melhoria da qualidade de vida das mulheres da Região do Sisal na geração de renda familiar, através da produção e da comercialização do artesanato de forma sustentável e solidária”. E a visão de futuro indica o futuro desejado para a organização e representa aquilo que a organização vai ser ou fazer no futuro, sistematizado em “ser referência de empreendimento solidário na área de artesanato de fibras naturais no território sisaleiro da Bahia, consolidando a atividade como geradora de renda para as mulheres sertanejas através do mercado de abrangência nacional e internacional”.

Schnedider (2003: 33) aborda que o “planejamento participativo não se restringe à mera consulta, mas deve ser um planejamento de base comunitária, onde o maior número possível de pessoas participe, e em todas as etapas do planejamento”. Para um bom processo de planejamento, o autor considera que é preciso aprender a conhecer a população e o universo dos associados de uma cooperativa, aprendendo a ouvir atentamente o que as pessoas têm a dizer, antes de antecipar ensinamentos, conselhos, soluções, procurando chegar aos conceitos, às crenças e aos valores que estão subjacentes.

Essa forma de planejamento propicia a junção entre a utopia (o desejo) e a realidade (as condições objetivas existentes).

ii) RELAÇÕES DE GÊNERO

Um aspecto a considerar é que, em período de chuva (bem concentrado em alguns meses do ano na região), as artesãs estão presentes no trabalho da propriedade familiar. Nesse tipo de atividade, segundo uma artesã “o nosso trabalho na roça é considerado pela família, principalmente pelos nossos maridos, como *ajuda*, mesmo quando na época de *seca* que não tínhamos como guardar a água no período de chuvas (cisterna), e que a gente (a mulher) tinha que levantar pela madrugada para carregar água na cabeça para preparar a comida, cuidar da casa e

dos filhos, além do trabalho *duro* da roça”. Essa concepção se estrutura nas relações de gênero de uma divisão sexual do trabalho, em que o papel masculino é designado para a produção e a atribuição do papel doméstico para o papel feminino, bem como na reprodução (ter filhos e criá-los). Como o papel masculino é visto como de provedores da família, o trabalho produtivo das mulheres é visto como complementar as suas tarefas domésticas e reprodutivas.

Continuando a sua fala, a artesã complementa “... com a cooperativa agora, precisamos nos dividir, entre as tarefas da casa, da roça e da produção do artesanato... temos encomendas, viramos noite, e muitas vezes não contamos com a ajuda da família... e quando tem viagem da cooperativa, acham (o marido e os filhos) que é para passeio...”. Na divisão sexual do trabalho, pode-se perceber que o trabalho das mulheres, nesse caso, no mundo rural, é menos valorizado que o dos homens, e que a produção artesanal é visto como estritamente feminina caracterizada como *leve*, pois não exige tanta força física para executá-la, da mesma forma, que como complementar, pois precisa garantir o trabalho da casa e da roça, para depois a produção artesanal.

Em 2005, quando a cooperativa trabalhou as Oficinas de Relações de Gênero, através da execução do projeto PETROBRAS, integrando não apenas as artesãs, mas principalmente as suas famílias, todas essas questões foram trabalhadas e discutidas durante os eventos nas comunidades rurais. Um dos maridos ressaltou a necessidade da atividade e que admitia que não reconhecia a importância da atividade artesanal que a mulher desenvolvia, mesmo sabendo que muitas das vezes era ela que arcava com as despesas domésticas.

É necessário compreender que essas mulheres têm na sua trajetória de luta a busca pela equidade nas relações de gênero, através da elevação de sua autoestima e do desejo de efetivamente transformar as suas vidas. Nesse contexto, o reconhecimento do seu trabalho é o meio responsável pelo acesso à autonomia, independência e cidadania dessas mulheres e na relação com as suas famílias e comunidades.

b) ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO E NOVOS PRODUTOS E MERCADOS

A estruturação do processo de comercialização em rede realizada pela cooperativa foi a partir de atividades que fortaleceram as condições necessárias de

saúde das artesãs e o bom ambiente de trabalho, através da estruturação dos núcleos produtivos e de acompanhamento pós-vendas, ampliando as trocas de experiências e práticas de gestão empresarial. Estas atividades foram trabalhadas com caráter formativo, identificando as potencialidades das comunidades, considerando os limites da realidade local, focando o mercado e sua respectiva clientela.

Atividades de design foram fundamentais para a agregação de valor dos produtos, através da qualidade do acabamento, da padronização e da tendência de mercado (moda e utilitários domésticos), destacando-se: trocas de saberes (técnicas); saúde da trabalhadora (ergonomia); marketing e comercialização; atendimento ao cliente; administração contábil e gerencial; acompanhamento na gestão contábil e gerencial; design; estudo de viabilidade de empreendimentos associativos e gestão democrática; formação de custos e preços de venda; técnicas de vendas; elaboração de plano de negócio.

6. CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO DA COOPERAFIS E SEUS DESAFIOS

As atividades formativas foram divididas em duas estratégias de ação, dialogando as dimensões de fortalecimento da base organizativa e da estrutura de relação com o mercado, mas interligadas entre si. Schneider (2003: 13) considera que “a educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questões de sobrevivência”. Considera que educar para a cooperação é uma tarefa difícil, pois exige o fluxo de informações e atividades educativas na perspectiva da ajuda mútua que se obtém um bom e eficiente relacionamento entre cooperativa e associada, transformando o perfil do associado para que esteja bem informado, solidário, motivado e participativo.

Essa preocupação com as atividades e, principalmente, delas se constituírem meios de sobrevivência da própria cooperativa, surge no sentido, como relata uma das diretoras, de “tornar esse empreendimento de fato coletivo, com a participação das artesãs na tomada de decisão. E para tomar decisão, precisamos entender o que estamos decidindo. Temos exemplos de cooperativas em que um grupo (ou apenas uma pessoa) tem acesso às informações e decidem pelo coletivo. Não queremos esse modelo aqui”.

A fala dessa diretora resgata o que Bursztyn (1984) aborda na realidade da maioria das cooperativas nordestinas, dividindo-as em dois grupos: as cooperativas que não atingem um bom desempenho e as que apresentam bons resultados. A respeito dessas últimas, entretanto, o autor comenta que as cooperativas prosperam, mas não necessariamente o conjunto de seus associados, e que um grupo de “*patrões*” se apoderam de seu controle efetivo, como se fossem seus proprietários. Esses “*patrões*” agem de forma autoritária, pela dominação burocrática, concentrando as informações e o seu poder de decisão na estrutura da cooperativa.

Outro aspecto a salientar para viabilização do negócio é a dependência de múltiplos fatores. São fundamentais os fatores internos da cooperativa, como o grau de solidarismo e a capacidade de gestão do negócio, como também são fundamentais os fatores externos, como articulações com outras cooperativas e associações, centros de tecnologia, assessoria e qualificação profissional, articulação com mercados, e, principalmente, contar com políticas públicas de fortalecimento de cooperativas e associações da agricultura familiar e da economia solidária e de distribuição de renda (Magalhães, 2000).

Para tanto, a busca de instrumentos necessários para a *sobrevivência* e o desenvolvimento das cooperativas ou associações tem uma dinâmica na região sisaleira da Bahia a partir de uma concepção de eficiência e eficácia não apenas no aspecto econômico, mas também social, político, ambiental e cultural, entendendo-se, portanto, que essas cooperativas e associações envolvem não apenas os trabalhadores associados, mas a comunidade e a família que gravitam no seu entorno.

Dessa forma, a organização desses empreendimentos solidários tem a perspectiva de alavancar a organização das comunidades em outros campos, como o da gestão participativa dos espaços públicos, incluindo os recursos naturais locais, as políticas de saúde e educação, enfim, outras interfaces de um programa de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário.

A necessidade dessas interfaces interage com os desafios apontados pelas artesãs:

- a) Baixo nível de escolaridade da maioria das artesãs;

- b) A base social é formada por duas categorias de artesãs: formada por artesãs que dependem exclusivamente da renda da produção artesanal; e a segunda, formada por artesãs que tem a atividade artesanal como complemento de renda, integrando outras atividades profissionais;
- c) Prática gerencial e contábil da diretoria, na execução de controles internos como instrumentos de decisão administrativa;
- d) Não compreensão por parte de alguns profissionais, principalmente na contabilidade específica para uma cooperativa;
- e) A resistência por parte das associadas e suas família para atividades externas da cooperativa, necessitando reforçar o trabalho nas relações de gênero com a família, empoderando homens e mulheres de forma a facilitar o envolvimento das associadas em atividades públicas, como a participação em formações e eventos fora da região;
- f) A formação de novas lideranças, principalmente as jovens que estão se associando a cooperativa, rompendo a resistência das *fundadoras* como *pioneiras* do trabalho da cooperativa com o sentimento de posse;
- g) Necessidade das comissões de trabalho (comunicação e comercialização) e do conselho fiscal atuar de forma mais dinâmica e menos pontual.

Esses desafios estão voltados na direção da fundamentação de participação das associadas na gestão do negócio, sem perder de vista uma estrutura eficiente na relação com o mercado, considerando a relação econômica entre cooperativa, associadas e mercado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COOPERAFIS tem sido um instrumento permanente de aprendizado para o sistema cooperativista do sertão nordestino porque, além de incentivar e qualificar as habilidades das mulheres sertanejas, preocupa-se com a valorização das artesãs e suas comunidades, reafirmando a cultura sisaleira e ressaltando os saberes locais, buscando o desenvolvimento territorial sustentável. Nesse contexto, a cooperativa assume um papel importante não apenas para as mulheres, mas na construção das relações de gênero, trabalhando a relação entre homens e mulheres, de forma a garantir renda e melhoria das condições de vida das famílias.

Vale considerar que a região sisaleira da Bahia é conhecida pela força dos seus trabalhadores e trabalhadoras, não apenas nas suas respectivas atividades produtivas (produção de sisal, caprinocultura, artesanato, pedreiras, culturas de subsistência e outras), mas pelo processo organizativo das associações comunitárias, cooperativas e dos Sindicatos dos Trabalhadores nos respectivos municípios. A luta destes trabalhadores e trabalhadoras na organização dessas estruturas foi voltada para uma visão de desenvolvimento territorial, orientada pela construção da cidadania e da organização social, democratização do poder local e pela capacidade de reter e reinvestir a riqueza produzida com os recursos locais, de forma a respeitar os valores humanos e ambientais (Santo, Silva, Velloso *et al.*, 2006).

Nessa perspectiva, as ações desenvolvidas pela COOPERAFIS têm evidenciado uma experiência embrionária de redes de cooperação voltada para a construção do desenvolvimento territorial e da economia solidária na região do sisal. Nessa dimensão, as experiências empreendedoras da agricultura familiar, a exemplo da COOPERAFIS, da COOPERJOVENS – Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal, da AMAV – Associação de Mulheres Artesãs de Valente, da Associação Comunitária de Itamar e da ACASSA - Associação Comunitária de Artesãos de Sítio Santana apresentam um grande potencial de inserção de mulheres e jovens em oportunidades concretas de cidadania e geração de trabalho e renda.

A experiência da região do Sisal vem apresentando elementos referenciais e perspectivas para a construção de políticas voltadas para a participação e inserção produtiva de mulheres e jovens da agricultura familiar no contexto da economia solidária do semi-árido baiano, com espaços consolidados de representação e de participação de cooperativas e de associações, como a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia - ARCO – SERTÃO, o CODESiv – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos Sociais do Brasil – UNISOL BRASIL^v e a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO – ADS. FAVARETO, A. **Planejando empreendimentos solidários**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores – CUT, 2004. 99p.
- ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE VALENTE – APAEB. **Valente e Araci: fibras do sertão**. Brasília – DF: Ministério do Esporte e Turismo/ EMBRATUR. s.d. 64p.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. Petrópolis – RJ: Vozes/CNPq, 1984. 178p.
- CRUZ NETO, O. Trabalho de campo como descoberta e criação. In: SOUZA, M.C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.
- ELSTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 211p.
- PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil - 2000**. <http://www.pnud.org.br/atlas/>
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores agropecuários – 1996**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2006.
- MAGALHÃES, R. S. **A nova economia do desenvolvimento local**. In: 2ª CONFERÊNCIA DA WORK AND LABOUR NETWORK, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2000. s.p.
- MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. BRASIL. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/ NEAD, 2003. 36p. (Série textos para discussão).
- NORTH, D. C. Institutions and their consequences for economic performance. In: COOK, K. S., LEVI, M., NORTH, D. C. **The limits of rationality**. Chicago: University of Chicago, 1990. p. 11-15.
- SANTO, J. E. SILVA, J. S. VELLOSO, T.R. *et al.* Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia. **Imaginário/NIME -LABI**, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, nº12, São Paulo, 1º semestre/2006 - págs. 195 a 204 .
- SCHNEDIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: Educação cooperativa e suas práticas. SCHNEDIDER, J. O. (Org.). Brasília: SESCOOP/ UNISINOS, 2003.13-58p.
- SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **População estimada – 2003**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/sei/frame_tabela.wsp?tmp.volta= sg12&tmp.tabela=t103>. Acesso em: 25 mar. 2006
- TENÓRIO, F. G. (org) *et al.* **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. 130p.

- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985. 108p.
- UNISOL BRASIL. UNIÃO E SOLIDARIEDADE DAS COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/unisol/missao.php#>>. Acesso em: 23 mar. 2006.
- VALADARES, J. H. **Notas sobre poder nas organizações**. Viçosa – MG: DER/UFV, 1999. 14p. (mimeo).
- VALADARES, J. H. **Teoria geral do cooperativismo**. Viçosa – MG: DER/UFV, 2005. 114p. (Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Cooperativismo).

ⁱ Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Cooperativismo – Universidade Federal de Viçosa – UFV em convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, 2006.

ⁱⁱ Segundo Bursztyn (1984:72), as frentes de serviços concentravam-se nas regiões afetadas pelo fenômeno climático das secas na construção e na melhoria de infra-estrutura. “Os momentos em que o Estado intervinha, assalariando a mão-de-obra desmobilizada pela seca, não representava, no entanto, uma modificação nas relações de produção que pudesse ameaçar a estrutura tradicional do binômio latifúndio-minifúndio. Os trabalhadores engajados nas frentes recebiam, por seu trabalho, uma porção de alimentos (farinha e rapadura) e, eventualmente, uma soma insignificante em dinheiro”.

ⁱⁱⁱ O motor é o equipamento que retira a fibra do sisal das folhas de agave.

^{iv} O Conselho Territorial congrega atores sociais e gestores públicos nos níveis federal, estadual, municipal e territorial, constituindo uma instância de descentralização com vistas à promoção do desenvolvimento, repercutindo conflitos de interesses, mas representando oportunidade para as práticas democráticas, buscando a transparência pública e a gestão social (MDA, 2003).

^v A UNISOL BRASIL é uma associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses reais da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa. A sua missão é organizar, representar e articular, de forma ampla e transparente, as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e promovendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável (UNISOL BRASIL, 2006).